

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

# **G** BOLETIM GOIANO. *de* eografia

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS

---

VOL. 16 - N.º 1 - JAN./DEZ. 1996

# FRONTEIRA E CONFLITO: O processo de ocupação das terras de Goiás

Cyro Lisita\*

*O senhor vá ver, em Goiás, como no mundo cabe mundo.<sup>1</sup>*  
Guimarães Rosa

## RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo contribuir para a compreensão dos principais aspectos do processo de ocupação das terras do Estado de Goiás onde fronteira e conflito se confundiram/confundem.

---

A inserção do Estado de Goiás na economia nacional começou, segundo Brandão,<sup>2</sup> com dois séculos de atraso. Esta integração se fez, notadamente, através da exploração predatória das regiões inicialmente exploradas.

O imenso território goiano exportou, no início, os índios capturados pelas bandeiras e utilizados como escravos nas plantações paulistas. Depois disto se tornou exportador de ouro. Os objetivos dos ‘colonizadores’ eram claros: explorar as riquezas e aumentar a superfície de seus domínios; introduzir nos povos subjugados sua cultura, sua religião, seu modo de pensar, enfim, sua ‘civilização’, sem concessões.

---

\* Professor do Depto. de Geografia/UFG. Pesquisador/Consultor do CNPq.

A captura dos índios e a exploração do ouro abriram o caminho para a chegada do gado e da agricultura uma vez que após alguns anos de luta os 'sertões' goianos estavam bastante mais 'vazios' de índios, o que permitiria a penetração de homens e bois até as regiões novas do centro e do norte de Goiás.

Segundo Brandão, "após vários anos de exploração, as águas dos rios se esvaziaram de ouro a um tal ponto que era urgente instalar uma nova ordem econômica".<sup>3</sup>

Com a mineração, segundo a lógica própria do período colonial brasileiro, a penetração dos rebanhos no 'sertão' foi inexorável. As primeiras fazendas são então estabelecidas e, a partir do momento em que as minas auríferas começaram a dar sinais de esgotamento,<sup>4</sup> a pecuária extensiva, que se desenvolvia entre as áreas de mineração, ocupa o espaço se constituindo na principal atividade econômica goiana.<sup>5</sup> Este fato, porém, não mudou as características da ocupação, ou seja, população heterogênea, espalhada e de centros urbanos insignificantes.

A passagem, portanto, de uma economia mineral para uma economia baseada na agropecuária significou para Goiás a passagem de uma produção artificial a uma produção extremamente rudimentar. O Estado, que se tornou ainda mais pobre do que era, não viveu uma segunda 'febre' econômica e viu sua população, sem meios de subsistência, migrar das pequenas vilas em direção às fazendas.

A existência de uma agricultura de mercado somente se tornou possível a partir do momento em que a economia da região se reequilibrou através da importância econômica da pecuária. De fato, com o desenvolvimento da pecuária algumas grandes fazendas se firmam consolidando a transição da sociedade mineira à sociedade agropecuária.

O poder dos latifundiários neste período de consolidação da 'nova economia' se baseava, sobretudo, na conquista das melhores pastagens. Enquanto a sociedade litorânea era extremamente hierarquizada, a sociedade pastoril que se desenvolvia no 'sertão' aparecia socialmente mais diluída. Esta característica tinha como causa principal a insuficiente mão-de-obra disponível além da presença do 'vaqueiro' enquanto trabalhador livre. Em Goiás, o fazendeiro 'abria' uma posse, obtinha uma sesmaria e a entregava a um vaqueiro num regime de "quarteação".<sup>6</sup>

Como sabemos, apenas com a Lei das Terras, de 1850, é que as terras devolutas passaram para o controle do Estado. A partir daí elas começaram a se tornar um bem e, por conseqüência, se tornou necessário regularizar os limites das fazendas e de começar a definir a situação jurídica das propriedades fundiárias.

Este fato abriu um período turbulento no interior mesmo da classe dos fazendeiros. Com efeito, não somente as terras dos pequenos proprietários livres e dos vaqueiros estavam ameaçadas de serem incorporadas ao patrimônio dos grandes fazendeiros, também as terras pertencentes aos fazendeiros menos poderosos<sup>7</sup> foram alvo de sua cobiça.

Foi neste momento que os primeiros empregados assalariados surgiram no cenário social goiano. Mais adaptados à nova realidade uma vez que os trabalhadores livres, ao contrário dos escravos, eram responsáveis não só pela sua sobrevivência mas também pela de toda a sua família e não precisariam ser ‘comprados’ e caçados nas freqüentes fugas de então.

Esta nova classe, os agregados,<sup>8</sup> característica das regiões latifundiárias do ‘sertão’, era composta por brancos pobres, mestiços e escravos negros libertos. Todos dependentes do latifundiário. O trabalho livre, no entanto, e isso é importante sublinhar, só foi possível a partir do momento em que os latifundiários consolidaram a conquista das melhores terras.

A partir daí, a luta pela terra foi constante. Aliás, estamos convencidos de que a realidade atual, complexa e conflitual, é, de certa maneira, a conseqüência/reprodução deste processo de ‘colonização’, evidentemente que levando em conta as novas condições e os novos desafios postos pela sociedade globalizada.

É preciso acrescentar, quanto ao processo de ocupação do Estado de Goiás que, desde 1830, com o crescimento mundial da produção de açúcar, com a emergência da Índia e do Egito como produtores de algodão e, sobretudo, com a expansão do café nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, o eixo econômico do Brasil se desloca, definitivamente, do nordeste para o centro-sul do país.

Seguindo sua expansão em direção ao interior, o café atingiu regiões dos Estados de Minas Gerais e de Goiás. Sob a pressão das tensões

sociais geradas pela expropriação dos antigos posseiros/pequenos fazendeiros (devido à marcha do café e à valorização das terras...), os paulistas e os mineiros, após ocuparem o norte de Minas Gerais e o Triângulo Mineiro, penetraram o território goiano, sobretudo nas regiões meridionais, em busca do exercício de suas atividades a preços mais razoáveis.<sup>9</sup>

Neste início do século XX Goiás era ainda um enorme vazio demográfico. Em 1900, o Estado de Goiás possuía 255.248 habitantes, o que significava apenas 0,35 hab/km<sup>2</sup>. O povoamento e a ocupação do território goiano somente se intensificaram a partir da vinda mais ou menos massiva de imigrantes atraídos pela transformação econômica do Estado que, através da ferrovia, entre 1920 e 1930, se incorporava cada vez mais ao mercado desenvolvido da região sudeste, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro.

Os anos 30 trouxeram uma nova fase do processo de ocupação agrícola do Estado de Goiás. O Brasil do presidente Getúlio Vargas pressionado pelas novas necessidades da economia mundial lançou a política conhecida como a Marcha para o Oeste.<sup>10</sup>

Ainda que o interesse do centro-sul brasileiro venha desde a segunda década deste século a verdadeira expansão só se inicia quando da crise do setor agrícola de exportação devida à queda dos preços do café no mercado internacional. Esta expansão respondia, assim, à necessidade de diversificação agrícola para que o país pudesse não só continuar competitivo no comércio internacional de produtos agrícolas como também para abastecer o mercado interno.

Além destes fatores existia um outro de grande importância. A estruturação da divisão regional do trabalho no país tinha atribuído ao Estado de Goiás a função de produtor agropecuário num contexto de economia capitalista em expansão. Posteriormente este processo foi reforçado pelo modelo centro-periferia, imposto pelas regiões mais ricas do país onde o Estado de Goiás tinha um papel dos mais destacados como *garant* da acumulação do capital industrial,<sup>11</sup> uma vez que a expansão agrícola de Goiás durante este período respondia a incitações exógenas, ou seja, aos interesses das classes agrárias e industriais de São Paulo.

Foi, aliás, durante esse período que a força do setor agrícola, associada a fatores estruturais, evidenciou as limitações do processo de desenvolvimento do país que, em consequência de contingências internas e externas, se via compelido a se consolidar como nação em função da vocação agrícola.

As principais medidas de incitação à expansão capitalista no Estado de Goiás,<sup>12</sup> aliás, foram tomadas através de Pedro Ludovico Teixeira, interventor federal durante o Governo Getúlio Vargas, que preconizava “suprimir os vazios demográficos de nosso território fazendo com que nossas fronteiras econômicas coincidam com nossas fronteiras políticas”.<sup>13</sup>

A política de interiorização do governo federal preconizava a criação de colônias agrícolas nas regiões consideradas mais frágeis do país. No Estado de Goiás foram fundadas a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), em 1941 e a Fundação Brasil Central, em 1943.

Com efeito, os Estados do Centro-Oeste e da Amazônia eram incitados a participar deste esforço através da oferta de suas terras devolutas “a fim de que elas sejam divididas em lotes, povoados e cultivadas por agricultores”. Ao Governo Federal cabia “orientar a imigração, de a incentivar através, entre outras coisas, da oferta de transporte”. As colônias nacionais, como a CANG, eram destinadas a “receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres e que demonstrassem aptidão para o trabalho agrícola”.

A partir dos anos 40, porém, começaram a se organizar as colonizações privadas. Estas, porém, com objetivos bastante diferentes daqueles da CANG. Sua intenção era estabelecer uma lógica de produção mecanizada em larga escala. Foi assim que, já no início dos anos 50, depois de cumprir um papel pioneiro no processo de ocupação das terras goianas, a experiência da CANG, abandonada pelo Governo, não pôde fazer frente ao crescimento acelerado da grande propriedade latifundiária e à mecanização agrícola.

Os setores agropecuários goianos cresceram, portanto, horizontalmente, com um índice bastante baixo de capitalização e sem resolver nem os problemas da produtividade nem os dos trabalhadores rurais. A política de colonização entrou em um período de franco declínio.

Ainda nos anos 50, outras medidas foram tomadas pelo Governo central, visando favorecer e mesmo acelerar o já iniciado processo de ocupação dos “vazios demográficos”, entre os principais, sem dúvida alguma, a construção de Brasília e a da rodovia Belém-Brasília.

Já no início dos anos 60, consequência direta da inauguração de Brasília, encontramos um deslocamento da fronteira humana e econômica em direção às outras regiões do Estado. Com efeito, a criação de um sistema viário, ainda consequência da construção da nova capital brasileira, repercutiu diretamente na economia goiana.

Quanto à rodovia Belém-Brasília, com seus mais de 2.000km, podemos afirmar que ela facilitou ainda mais a vinda de migrantes vindos dos Estados limítrofes, bem como o afluxo de pecuaristas e de grupos industriais nacionais e estrangeiros interessados na valorização das terras já vistas como possível reserva de valor.

A construção da nova capital federal e da rodovia que a liga a Belém contribuíram enormemente para atacar frontalmente um dos maiores problemas vividos pelos goianos em seus quase dois séculos de história: o *isolamento*.

A convergência destes diversos fatores criou, portanto, condições para o surgimento deste segundo movimento migratório em direção ao Centro-Oeste, responsável por suas altas taxas de crescimento demográfico.

Entretanto, e em que pesem todos estes acontecimentos, nenhuma mudança, por pequena que fosse, ocorreu na distribuição fundiária durante todo esse período, aliás, mudança também não houve ao nível das técnicas agrícolas. A pecuária, estimulada pelo acesso às novas e infindáveis terras, se desenvolveu apenas horizontalmente.

No período imediatamente anterior ao golpe militar de 1964, durante o governo Mauro Borges, foi proposto um plano, visando reestruturar a agricultura e a pecuária regionais. Mais timidamente, mesmo uma redistribuição fundiária era prevista através da criação do Idago (Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado de Goiás) que, no entanto, jamais pôde cumprir o papel que seria o seu na política agrária do Estado de Goiás.

Com o golpe de Estado e a chegada dos militares ao poder, a ideologia da integração e da segurança nacional determinaram a política

de ocupação das áreas ainda livres. Com efeito, sem perder de vista a necessidade de aumentar as exportações, visando à redução do déficit da balança comercial, os primeiros governos militares, que consideravam ser a baixa produtividade o principal problema do setor agrícola, priorizaram a modernização do setor.<sup>14</sup>

No que tange à questão agrária, no entanto, em que pesem os militares logo terem se dotado de mecanismos institucionais passíveis de promover mudanças importantes,<sup>15</sup> nada foi feito, pois, como acabamos de ver, a prioridade dos militares nunca foi a transformação, por tímida que fosse, da estrutura agrária. Sua proposta de desenvolvimento passava pela via da modernização agrícola. Para Dolles,

a reafirmação da importância do Brasil na economia internacional pode ser percebida, essencialmente, pelo aumento de sua capacidade de exportação – sustentada pela política de modernização – cujo núcleo da produção se situava no centro-sul do país, responsável por grande parte das exportações brasileiras.<sup>16</sup>

Neste contexto, a incorporação de novas regiões se impunha a fim de alcançar o aumento desejado no montante das exportações. Em função de seu potencial de recursos naturais, a região Centro-Oeste se destacou como espaço privilegiado e, nesta região, o Estado de Goiás se apresentava como vanguarda, visto que a própria presença de Brasília servia como catalisador de desenvolvimento.

É importante ressaltar que é apenas neste estágio do processo de ocupação das terras do Estado de Goiás, e em consequência do desenvolvimento acelerado do capitalismo industrial no centro-sul brasileiro, que se constatou a transformação da terra em mercadoria e, via de consequência, a eliminação sistemática das formas espontâneas de ocupação da terra, bem como a colonização estatal, visando ao estabelecimento de pequenas propriedades.

Foi graças a estas condições econômicas e, sobretudo, políticas, que as antigas e novas oligarquias puderam começar, de maneira sistemática e organizada, seu processo de grilagem.<sup>17</sup>



Isso fez com que o centro-norte do Estado de Goiás se tornasse, segundo José de Souza Martins, “uma área pioneira superposta à uma frente de expansão”.<sup>18</sup>

Com efeito, são duas as fases, distintas e combinadas, de ocupação territorial. Elas representam, de maneiras distintas e conflituais, a ocupação de territórios já ocupados. É através dos posseiros que a sociedade nacional, quer dizer, a branca, se difunde sobre os territórios tribais. Esta frente de ocupação territorial pode ser chamada frente de expansão.<sup>19</sup> Um segundo movimento se constitui através de ocupações empreendedoras e capitalistas; são as grandes fazendas, os bancos, o comércio, as estradas, o juiz, os cartórios, o Estado etc.

Esta frente pioneira<sup>20</sup> é essencialmente expropriadora uma vez que socialmente organizada e beneficiária de uma relação fundamental, ainda que não exclusiva (aquela dos compradores e vendedores da força de trabalho). Quando há superposição entre as frentes pioneira e de expansão, surgem, inevitavelmente, os conflitos pela terra. Conflitos que, devido à precocidade da supervalorização das terras do Estado de Goiás, recentemente incorporadas ao mercado, foram e são inevitáveis.

*O sertão, o senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte,  
com as astúcias.*<sup>21</sup>  
Guimarães Rosa

---

## RÉSUMÉ

Ce travail a pour but contribuer pour la comprehension des principaux aspects du processus d'occupation des terres goianaises où la frontière et le conflit se sont toujours confondus.

---

## NOTAS

- 1 ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968. p. 438.
- 2 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Campesinato goiano*. Goiânia: Cegraf, 1986.
- 3 BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Peões, pretos e congos: trabalho e identidade étnica em Goiás*. Brasília: Ed.UnB, 1978, p 47-8.
- 4 Durante o período de abundância aurífera a população “acompanhava” as minas. Com o esgotamento do ciclo esta mesma população se via

diante de duas, e apenas duas, alternativas: retornar ao litoral ou ficar e trabalhar nas fazendas emergentes.

- 5 A pecuária se desenvolveu em Goiás através de duas rotas principais: a primeira do nordeste, representada pela vinda de pecuaristas através do rio São Francisco que vieram pelo oeste da Bahia até o Arraial dos Couros (Formosa), grande entreposto desta rota. A segunda, de São Paulo e Minas Gerais, utilizando as antigas rotas da mineração, possibilitou a penetração sobretudo da região sudoeste do Estado. (DOLLES, Dalísia E. et alli, *Interpretação histórica da economia de Goiás e posicionamento do setor agropecuário no contexto econômico e social da região*. Goiânia, mimeo, p. 8)
- 6 Sobre a quarteação Cunha escreveu: “Os bezerros eram divididos entre os vaqueiros e o fazendeiro. Um bezerro sobre quatro era do vaqueiro.” (CUNHA, Euclides. *Os sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 109)
- 7 Esta disputa existia mesmo que a esta época a terra não fosse ainda uma mercadoria de valor no circuito econômico nacional. A riqueza era ainda representada pelo tamanho do rebanho e não pelo tamanho da propriedade.
- 8 Em que pese o fato de que o verdadeiro objetivo das fazendas fosse a pecuária para a comercialização elas deviam também produzir os alimentos necessários para a sua sobrevivência... papel dos agregados. Com efeito, a produção de alimentos significou para a pecuária o mesmo que as fazendas significaram para a mineração uma vez que as duas eram produção de meios de subsistência e não de comercialização.  
“No Estado de Goiás, a terra valia muito pouco e rendia ainda menos. O preço médio do hectare em 1920 era de \$ 8, o mais baixo de todo o Brasil (...) Como referência podemos dizer que em São Paulo o hectare valia \$ 161. A produtividade da terra e sua conseqüente valorização só ocorreram a partir da criação de um mercado consumidor originado do processo de urbanização.” (PALACÍN, Luiz; SANT’ANNA, Maria Augusta. *História de Goiás (1722-1972)*. Goiânia: Cegraf, 1975, p. 97)

- 10 “Esta política teve sua origem na crise de 1929, momento do início da queda da hegemonia do café no centro-sul e durante a Revolução de 30. Esta política se constitui, portanto, num imenso projeto de colonização, compreendendo sobretudo os Estados do Paraná, Mato Grosso e Goiás.” (CARNEIRO, Maria Esperança. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Cegraf, p. 76)
- 11 “Depois da Revolução de 30, entre os anos 30 e 40, o centro de gravidade da acumulação de capital passava do empreendimento agrícola para o industrial (...) A agricultura paulista depois de 1930 se torna lugar de intensas transformações e continua sua marcha para o oeste (...) A raiz destas mudanças, mais que uma reação à crise, visto a natureza da estrutura agrária pré-existente, era a dinâmica própria do mercado capitalista, sustentado por intensa acumulação do capital industrial. Este movimento de expansão agrícola, que associou a fazenda e o sítio, ocupou rapidamente todo o Estado se espalhando em seguida em direção ao norte do Paraná e ao sul dos Estados de Goiás e Mato Grosso e ao Triângulo Mineiro.” (LOPES, Juarez R. Brandão. *Do latifúndio à empresa. Unidade e diversidade do capitalismo no campo*. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 9, Caderno Cebrap, 26)
- 12 A construção de Goiânia é o maior exemplo. Ver, a propósito, obra de CHAUL, Nars Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Cegraf, 1989.
- 13 Discurso pronunciado pelo Pres. Vargas no encerramento da Conferência Nacional de Economia e Administração em 18 de novembro de 1939.
- 14 Este processo de modernização é conhecido como “modernização conservadora”, pois jamais questionou a enorme concentração fundiária. Ver, a propósito, SILVA, José Graziano. *Modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- 15 Já em 30 de novembro de 1964 o governo do Gal. Castelo Branco promulgou a Lei n.º 4504, mais conhecida como o Estatuto da Terra, que trazia modificações institucionais de peso. O exemplo mais

- importante era a possibilidade de expropriação de terras por interesse social com indenizações em títulos de dívida pública
- 16 DOLLES, Dalísia E. Martins. Op. Cit. p. 75.
- 17 A esse propósito GUIMARÃES escreve: “Na medida em que avançava a Belém-Brasília, a grilagem avançava também (...) De fato, o grileiro avançava antes da estrada para se apropriar de terras que certamente se valorizariam (...) a partir do momento em que se acreditou na construção na rodovia e mesmo depois, na construção da nova capital federal, forjar e falsificar documentos de terras públicas e vendê-los no sul do país se tornou um ‘negócio da china’.” GUIMARÃES, Haroldo de Brito. O Grilo em Goiás: Sua história, seu método e sua derrota. *Revista do Direito*. Goiânia, junho 1973, p. 223-4.
- 18 MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária brasileira*. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 45-7.
- 19 *Strictu senso*, frente de expansão é a marcha ou deslocamento de curso intermitente de populações através de regiões indevassadas ou semidevassadas, constituídas em geral de terras devolutas, de florestas ou de campos, habitadas ou não por grupos indígenas e estreitamente vinculadas a uma atividade econômica cíclica.
- 20 Segundo Martins, “a frente exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado”, apresentando, assim, a frente pioneira também como “fronteira econômica”. (MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. *Cadernos*, São Paulo, 1972, v. 5, p. 102-12.)
- 21 ROSA, João Guimarães. Op. Cit. p. 32.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Campesinato goiano*. Goiânia: Cegraf, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Peões, pretos e congos: trabalho e identidade étnica em Goiás*. Brasília: EdUnb, 1978.

- CARNEIRO, Maria Esperança. *A revolta camponesa de Trombas e Formoso*. Goiânia: Cegraf, 1988.
- CHAUL, Nars Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Cegraf, 1989.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões: a Campanha de Canudos*. São Paulo: Abril, 1982.
- DOLLES, Dalísia Elisabeth Martins. *Interpretação histórica e econômica de Goiás e posicionamento do setor agropecuário no contexto econômico e social da região*. Goiânia, 1980. (mimeo).
- FERES, João Bosco. *Propriedade da terra: opressão e miséria – o meio rural na história social do Brasil*. Amsterdam: CEDLA, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.
- LISITA, Cyro. *The necessary socio-economic and political requirements for agrarian reform. Case study of Brazil*. Taoyuan: LRTI, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Violence et pouvoir: les latifundiaires, la paysannerie et l'église dans l'État de Goiás*. Paris: Thèse EHESS, 1992.
- LOPES, Juarez R. Brandão. *Do latifúndio à empresa. unidade e diversidade da capitalismo no campo*. São Paulo: Brasiliense, 1976. (Caderno Cebrap, n. 26)
- MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. *Cadernos*, São Paulo, 1972, v. 5, p. 102-12.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária brasileira*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1988.
- PALACÍN, Luiz; SANT'ANNA, Maria Augusta. *História de Goiás 1822/1972*. Goiânia: Cegraf, 1975.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 6. ed. São Paulo: José Olympio, 1968.